

Modernizar a frota é descarbonizar o futuro

A transição energética no transporte marítimo deixou de ser uma tendência para se tornar um imperativo. A Organização Marítima Internacional (IMO) atualizou em 2023 sua estratégia de descarbonização, estabelecendo metas intermediárias de redução de emissões já nesta década. No Brasil, onde mais de 95% do comércio exterior passa pelos portos, o debate ganha dimensão estratégica: como alinhar a modernização da frota marítima à sustentabilidade sem comprometer a competitividade logística?

Os terminais portuários privados têm papel decisivo nessa equação. São eles que, conectados à navegação de cabotagem, apoio marítimo e longo curso, dão suporte ao transporte de cargas que movimentam a economia brasileira. Modernizar a frota — adotando embarcações mais eficientes, de menor consumo e emissões — é fundamental para manter o fluxo sustentável e competitivo da cadeia logística nacional.

Nos últimos anos, o país começou a dar passos importantes. A Lei 15.075/2024 e a Lei Complementar 214/2025, que criou o Regime Tributário para Incentivo à Atividade Econômica Naval (RENAVAL), trouxeram incentivos fiscais diretos à indústria naval e à renovação de embarcações. Esses mecanismos incluem depreciação acelerada para navios construídos no Brasil e suspensão de tributos (IBS e CBS) sobre operações de aquisição ou reparo de embarcações registradas no REB — uma medida que estimula a nacionalização de ativos e a atualização tecnológica do parque naval.

O Fundo da Marinha Mercante (FMM), instrumento histórico de fomento, também voltou a ganhar protagonismo. Com mais de R\$ 4 bilhões previstos para novos projetos em 2025, o fundo financia até 90% do valor de construção ou modernização de embarcações, priorizando projetos de apoio marítimo, cabotagem e offshore. Esses segmentos, fortemente interligados aos terminais portuários privados, são essenciais para a eficiência logística e para a redução da pegada de carbono do setor.

Além do financiamento, programas como o BR do Mar reforçam a necessidade de frota moderna e sustentável. O decreto que o regulamenta incluiu o conceito de “embarcações verdes”, ampliando os incentivos para quem investir em tecnologias limpas e eficiência energética. Ainda que o país avance, há desafios: os critérios técnicos para definir “embarcação sustentável” ainda estão em consolidação, e faltam instrumentos específicos para apoiar o retrofit verde — modernização de embarcações antigas com novas tecnologias de propulsão ou combustíveis alternativos.

Para os terminais portuários privados, a modernização sustentável da frota é mais do que uma pauta ambiental: é uma agenda de competitividade. Reduzir emissões significa reduzir consumo, otimizar custos e se alinhar às exigências crescentes de cadeias logísticas globais que já valorizam embarcações e operações de baixo carbono. É também uma oportunidade de acesso a novos instrumentos de crédito verde, fundos climáticos e financiamentos internacionais vinculados à sustentabilidade.

A COP30 será um ponto de virada para o setor. O transporte marítimo e portuário tem a chance de mostrar que o Brasil pode ser protagonista da transição energética global — com políticas

públicas robustas, marcos regulatórios claros e parceria ativa entre Estado e iniciativa privada. Modernizar a frota é descarbonizar o futuro, e o futuro do transporte passa, inevitavelmente, pelos portos.

Autora: *Rafaela Brandão Rocha*

Minicurrículo: Coordenadora Jurídica da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).